



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Constantina
CNPJ 87.708.889/0001-44

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício de 2017

Contexto Operacional

O Município de Constantina é pessoa jurídica de direito público cuja natureza jurídica se expressa por *Órgão Público do Poder Executivo Municipal* e tem por atividade econômica principal a *Administração Pública em Geral*, que é exercida de forma direta. A administração direta desta municipalidade compreende os órgãos do Poder Executivo, compostos, pelo Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Obras e Viação, Secretaria de Saúde e, o Poder Legislativo. A Lei Municipal 1.791 de 26 de março de 2002 instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Constantina com a finalidade única de gerir os recursos do regime próprio de previdência social (RPPS), motivado pela atual carta magna, vez que dentre os regimes sob os quais está definida a previdência social encontra-se o RPPS, exclusivo aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos efetivos. O RPPS está inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) sob número 13.550.099/0001-47, sendo seus demonstrativos elaborados de forma individualizada e, de acordo com a legislação também são consolidados na administração direta junto com o Poder Executivo. A Lei Municipal 1.196 de 22 de Julho de 1991 instituiu o Fundo de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico dos Servidores Públicos Municipais de Constantina, com a finalidade exclusiva de gerir os recursos do Plano de Saúde dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos efetivos. Este por sua vez não consta no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ). Seus recursos são geridos separadamente dos recursos do poder executivo, porém a execução da Receita, da Despesa e seu Patrimônio estão inclusos nos demonstrativos contábeis do Poder Executivo.

As presentes Notas Explicativas referem-se aos demonstrativos: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, encerrados em 31 de dezembro de 2017.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Crítérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

Receitas e Despesas:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante e Não Circulante:

NOTA 1) Valores de CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Correspondem a depósitos bancários no montante de R\$ 1.816.749,36, os quais compreendem diversas fontes de recursos e destinam-se para cobertura de restos a pagar e outros passivos financeiros. Os recursos mantidos pelo Poder Executivo são classificados por fontes/destinações de recursos, que tem por objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

O recurso Ordinário é de livre aplicação. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) são destinados para aplicação às ações voltadas à consecução dos objetivos das instituições educacionais.

O recurso Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) são para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Os demais recursos vinculados tem sua aplicação em despesas, em conformidade com a legislação específica de cada fonte de recurso. Assim, a composição dos depósitos bancários está dividida conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso	Valor
Ordinário	90.772,75
MDE	1.205,04
FUNDEB	5.113,42
ASPS	13.100,57
Fundo de Assistência Médica do Servidor	299.475,92
Alienação de Bens	1.179,10
Recursos Vinculados Educação	63.907,41
Recursos Vinculados Saúde	443.524,97
Recursos Vinculados Assistência Social	200.998,14
Recursos Vinculados para Obras e Infraestrutura	582.076,73
Outros Recursos Vinculados	115.395,31
Valor Total	1.816.749,36

NOTA 2) CRÉDITOS A CURTO PRAZO evidenciam a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com a expectativa de recebimento em curto prazo, inscrita pelo valor principal, corrigida com multa e juros conforme a legislação vigente e, contribuições patronais que o Fundo de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico dos Servidores Públicos Municipais de Constantina tem a receber do Município de Constantina, conforme detalhado a seguir:

Créditos à Curto Prazo	Valor
Créditos a receber Contribuições Fundo de Assistência Médico-Hospitalar	63.774,55
Créditos a receber Parcelamento Fundo de Assistência Médico-Hospitalar	50.576,52
Dívida Ativa Tributária	456.237,03
Dívida Ativa Não Tributária	40.245,31
Valor Total	610.833,41

A seguir o detalhamento da composição da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária:

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária à Curto Prazo	Valor
IPTU	297.138,36
ISS	51.402,66
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	84.442,65
Contribuição de Melhoria	21.723,36
Demais Dívidas Ativas Tributárias	1.530,00
Dívida Ativa Não Tributária de Créditos de Alienação de Bens	9.064,24
Demais Dívidas Ativas Não Tributárias	31.181,07
Valor Total	496.482,34

NOTA 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO compreendem, entre outros, os créditos a receber de Convênios firmados para execução de obras e aquisição de equipamentos, com Entidades Federais no montante de R\$ 2.751.504,39, com Entidades Estaduais R\$ 947.987,07 e, demais créditos a receber e compensar.

NOTA 4) ESTOQUES: evidenciam os bens mantidos em almoxarifados no montante de R\$ 131.339,43 mensurados pelo preço médio ponderado das compras.

NOTA 5) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE: Referem-se a pagamentos antecipados de prêmios de seguros, cujos os benefícios ocorrerão no curto prazo, sendo contabilizados na despesa conforme o regime de competência.

NOTA 6) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO evidencia a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, inscrita pelo valor principal, corrigida com multa e juros conforme a legislação vigente, deduzido o ajuste para perdas, contribuições patronais parceladas que o Fundo de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico dos Servidores Públicos Municipais de Constantina tem a receber da Prefeitura de Constantina, além de depósitos em cauções recebidos de terceiros para garantias de execução de obras de infraestrutura, conforme detalhado a seguir:

Créditos à Longo Prazo	Valor
Dívida Ativa Tributária	2.860.884,84
Dívida Ativa Não Tributária	5.053.721,61
(-) Ajuste para Perdas de Créditos à Longo Prazo	- 566.820,00
Créditos a receber Parcelamento Fundo de Assistência Médico-Hospitalar	155.944,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Caução	108.057,00
Valor Total	7.611.788,25

No montante da Dívida Ativa Não Tributária estão inclusos os Títulos Executivos do TCE-RS, que referem-se a créditos cujos os devedores são os ex-administradores do Poder Executivo Municipal, que estão sendo cobrados judicialmente e tem seus valores corrigidos e atualizados conforme legislação específica.

A seguir o detalhamento da composição da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária:

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária à Longo Prazo	Valor
IPTU	2.106.080,28
ISS	210.573,98
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	202.622,92
Contribuição de Melhoria	238.382,02
Demais Dívidas Ativas Tributárias	103.225,64
Dívida Ativa Não Tributária - Certidão de Decisão Títulos Executivos TCE	4.778.800,08
Demais Dívidas Ativas Não Tributárias	274.921,53
(-) Ajuste para Perdas do IPTU	- 523.370,00
(-) Ajuste para Perdas das Dívidas Ativas Não Tributárias	- 43.450,00
Valor Total	7.347.786,45

NOTA 7) INVESTIMENTOS representam a participação permanente em consórcios públicos, avaliadas pelo Método do Custo.

NOTA 8) IMOBILIZADO: Compreende os bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal, composto pelo prédio, veículos, terrenos, móveis e utensílios, bens de informática, entre outros. É oportuno registrar que não houve no exercício de 2017, inventário físico de bens, não sendo possível fixar critérios para gerar a depreciação dos bens.

Passivo Circulante e Não Circulante:

NOTA 9) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR CURTO PRAZO compreendem o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito e encargos patronais a pagar, os quais serão demonstrados a seguir:

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	Valor
Férias a Pagar	1.587.217,04
Contribuição ao Regime Próprio de Previdência	1.017.839,86
Contribuição ao Fundo de Assistência Médico-Hospitalar	23.158,51
Contribuição ao Regime Próprio de Previdência - Débitos Parcelados	747.520,57
Contribuição ao Fundo de Assistência Médico-Hospitalar - Débitos Parcelados	50.576,52
Contribuição ao Regime Geral de Previdência - INSS	81.027,48
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	17.178,26
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	5.370,80
Valor Total	3.529.889,04

As provisões de desembolso futuro para pagamento de férias e encargos, ainda não passaram pela movimentação orçamentária.

As contribuições previdenciárias para o Regime Próprio de Previdência Social, referentes às competências de agosto a novembro não foram pagas pela Prefeitura dentro do prazo de vencimento no exercício, no montante de R\$ 670.193,16, sendo que quando ocorrer seu pagamento sofrerá atualização monetária, juros de mora de um por cento ao mês sobre o valor atualizado e multa de mora de dois por cento, de acordo com a Lei Municipal N° 1.791 de 26 de março de 2002. Já a contribuição referente ao mês de dezembro, R\$ 347.646,70, tem seu vencimento até o quinto dia útil do mês de janeiro.

Os valores em curto prazo referente os parcelamentos de débitos previdenciários no valor de R\$ 289.962,13, onde as parcelas tiveram seu vencimento em até 31 de dezembro de 2017, não foram pagos nos seus respectivos vencimentos, englobando o valor principal da dívida e encargos financeiros. No seu pagamento, por ocasião do pagamento fora do prazo, sofrerão atualização monetária, juros e multa de mora conforme definido em cada contrato.

NOTA 10) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Representam débitos com fornecedores de insumos e serviços inscritos em restos a pagar processados.

NOTA 11) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: Evidenciam obrigações a pagar com subvenções e consórcios públicos no montante de R\$ 441.397,57, além dos descontos de recursos provenientes de retenções e consignações na fonte de pagamentos efetuados à servidores e fornecedores, como por exemplo imposto sobre a renda retido na fonte, INSS retido e empréstimos consignados retidos de servidores no montante de R\$ 180.520,30.

NOTA 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR LONGO PRAZO: compreendem obrigações a pagar para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Constantina referente os parcelamentos de débitos previdenciários.

NOTA 13) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Foram lançados a débito na conta de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 832.752,11 referente cancelamento de restos a pagar para o Regime Próprio de Previdência Social, para inscrição dos mesmos em débitos parcelados.

NOTA 14) RESULTADO DO EXERCÍCIO: no exercício de 2017 obteve-se o resultado patrimonial negativo de R\$ 797.702,44 oriundo da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ou seja, as variações patrimoniais diminutivas foram maior que as aumentativas, gerando assim uma diminuição do Patrimônio Líquido da Prefeitura Municipal, em relação ao exercício anterior.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 1) RECEITA E DESPESA FIXADA: Foi fixada na Lei nº 3.531 de 27 de dezembro de 2016, Lei Orçamentária anual para o Exercício de 2017, uma previsão de Receita e Despesa de R\$ 28.929.821,27, sendo que deste valor, R\$ 670.000,00 destinado a reserva de contingência. Durante o exercício houve alterações orçamentárias, sendo que foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 4.874.101,11 conforme quadro demonstrativo a seguir:

Dotação Adicional por Tipo de Crédito	
Crédito Adicional - Suplementar	926.885,93
Crédito Adicional - Especial	3.912.075,18
Crédito Adicional - Extraordinário	35.140,00
Valor Total	4.874.101,11

Para a abertura dos créditos adicionais foram usadas as seguintes fontes de recursos:

Dotação Adicional por Fonte	
Superávit Financeiro de Exercício Anterior	579.387,80
Excesso de Arrecadação	342.639,57
Anulação de Dotação	1.558.439,49
Reserva de Contingência	575.402,17
Valor Total	3.055.869,03

Como houve anulações de dotação orçamentária e utilização da reserva de contingência para a abertura dos créditos adicionais, o valor real total do orçamento aumentou em R\$ 2.740.259,45.

NOTA 2) EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA : Foram arrecadadas no exercício, receitas no montante de R\$ 27.512.008,27. Ao comparar a execução orçamentária com a previsão atualizada, percebe-se que as receitas correntes realizadas ficaram R\$ 4.158.848,54 abaixo do valor orçado, e as receitas de capital R\$ 1.559.035,54 acima do valor orçado.

NOTA 3) EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA : Foram empenhadas e liquidadas respectivamente no exercício de 2017, despesas num montante de R\$ 27.792.046,81 e R\$ 27.438.350,22, destas pagas R\$ 24.141.841,12, resultando assim na inscrição de restos a pagar processados no montante de R\$ 3.296.509,10 e restos a pagar não processados no valor de R\$ 353.696,59.

NOTA 4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: A Prefeitura gerou um déficit orçamentário de R\$ 280.038,54 no exercício de 2017, onde as despesas totais foram maiores que as receitas totais, enquanto a receita realizada no exercício foi de R\$ 27.512.008,27 a despesa empenhada foi R\$ 27.792.046,81.

NOTA 5) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, não sendo demonstradas no Balanço Financeiro.

Sendo assim, no Resultado Orçamentário apresentado na NOTA 4, acima, não está contabilizado o valor de R\$ 918.579,54 repassado ao Poder Legislativo, por tratar-se de transferência financeira.

Logo o Balanço Orçamentário, que traz as receitas realizadas e as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, vai demonstrar quando elaborado de forma consolidada, as despesas do Poder Legislativo.

NOTA 6) FUNDEB: No exercício de 2017 o Município contribuiu para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com um montante de R\$ 3.002.879,93 e recebeu receitas de transferências do mesmo fundo no montante de R\$ 4.762.544,70, o que representa um ganho líquido de R\$ 1.759.664,77.

NOTA 7) RESTOS A PAGAR: No exercício de 2017 foram cancelados restos a pagar não processados no montante de R\$ 255.755,13 referente obras não realizadas, produtos e serviços não entregues pelos fornecedores. Foram transportados para o exercício seguinte restos a pagar não processados no valor de R\$ 2.576.898,19.

Também foram cancelados restos a pagar processados no montante de R\$ 868.402,53, referente débitos de energia elétrica e contribuições previdenciárias que foram inscritos em dívidas parceladas, e outros débitos liquidados por estimativa a maior. Sendo que para o exercício seguinte foram transportados restos a pagar processados e não processados liquidados no valor de R\$ 642.971,71.

Registra-se que, restos a pagar processados tratam-se de serviços, obras ou materiais que foram entregues para a Prefeitura, da mesma forma que, não processadas são as despesas inscritas a pagar, referente serviços, obras ou materiais que serão entregues ou executados em momento futuro, cuja obrigação financeira ainda não foi exigida.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 1) RECEITAS E DESPESAS: Referem-se aos ingressos e dispêndios de recursos financeiros aos cofres públicos. Receitas no montante de R\$ 27.512.008,27, e despesas empenhadas no montante de R\$ 27.792.046,81, destas foram inscritas em restos a pagar processados R\$ 3.296.509,10 e restos a pagar não processados no valor de R\$ 353.696,59.

NOTA 2) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: Evidenciam os descontos de recursos provenientes de retenções e consignações na fonte de pagamentos efetuados à servidores e fornecedores, como por exemplo imposto sobre a renda retido na fonte, INSS retido e empréstimos consignados retidos de servidores. No exercício foram retidos R\$ 2.104.077,80 e pagos R\$ 1.994.797,97, onde a diferença encontra-se registrado no passivo a pagar curto prazo.

NOTA 3) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado.

No exercício de 2017 foram transferidos para o Poder Legislativo, recursos no montante de R\$ 918.579,54, onde depois de inscritos os restos a pagar no Poder Legislativo sobraram R\$ 41.875,93, que foram lançados a título de adiantamento para os repasses do exercício de 2018.

NOTA 4) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: Representam a posição atual dos valores de depósitos bancários e investimentos no montante de R\$ 1.816.749,36.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais Aumentativas

NOTA 1) REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS: Evidenciam a reversão de provisões de obrigações trabalhistas, como por exemplo: férias, décimo terceiro a pagar, e encargos sociais e previdenciários.

Variações Patrimoniais Diminutivas

NOTA 2) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA: Compreendem os valores executados em consórcios públicos, os quais o Município participa, para suprir as necessidades na área da saúde e de processamento e destinação de resíduos sólidos.

Resultado Patrimonial do Período

NOTA 4) RESULTADO DO EXERCÍCIO: no exercício de 2017 obteve-se o resultado patrimonial negativo de R\$ 797.702,44 oriundo da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ou seja, as variações patrimoniais diminutivas foram maior que as aumentativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 1) A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intra-orçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

NOTA 2) OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS E OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS: Representam a movimentação financeira oriunda das transferências financeiras internas, entre contas bancárias, quais sejam, não geram ingressos e nem desembolsos de recursos. Apenas são demonstrados no relatório por ordem de entendimento do fornecedor do sistema contábil.

NOTA 3) No exercício de 2017, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa foi negativa de R\$ 835.011,40.

Adenir Bitello
Contador CRC/RS 090873-02

Gerri Sawaris
Prefeito Municipal